

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Tribuna Class.: 100

Data: 05.02.88 Pg.: \_\_\_\_\_

### Homologação de áreas indígenas recebe apoio

SÃO SEBASTIÃO (Do correspondente) — O presidente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte — Codivap — Thelmo de Almeida Cruz, que é prefeito de Jacareí, informou ao seu colega de São Sebastião, Luiz Rogério Martins, através de um documento, o recebimento de ofícios referentes à homologação das áreas dos índios guaranis no Rio Silveiras, em Barra do Una.

Os ofícios, segundo Luiz Rogério, foram enviados ao presidente do Codivap pelo superintendente de Assuntos Fundiários da Funai, Daniel Marques de Sousa, e por Antônio Esmeraldo Neto, chefe de Gabinete do Ministério do Interior. Esses documentos foram motivados pela moção do Codivap, de autoria do prefeito sebastianense, apoiando incondicionalmente a demarcação das áreas indígenas do Rio Silveiras.

No documento, o representante da Funai, Daniel de Sousa, afirma que o órgão não mediará esforços para garantir aos guaranis a área demarcada. "Já foi providenciado seu registro imobiliário na Comarca de São Sebastião, conforme matrícula número 26.184, livro 2, ficha 01, de 15 de setembro de 1987, assim como encontra-se em andamento seu registro no Serviço de Patrimônio da União

— SPU —, conforme processo número 10.880.023917-39".

Ele disse ainda que a demarcação da área em questão é para os índios um fator de segurança, "pois garante a integridade de seus costumes e de sua cultura, permitindo-lhe a integração gradual e harmoniosa à sociedade nacional, como prevê o Estatuto do Índio".

O segundo ofício, enviado em nome do ministro do Interior, João Alves Filho, e assinado pelo seu chefe de Gabinete, Antônio Esmeraldo Neto, também agradece a manifestação de apoio ao decreto presidencial que homologou a demarcação administrativa da área indígena guarani do Rio Silveiras.

Esta homologação ocorreu no início do segundo semestre do ano passado e já vinha sendo reivindicada há algum tempo. Um fato que causou certa preocupação foi a demora do presidente José Sarney em efetivar a homologação, uma vez que os decretos das demais áreas indígenas já haviam sido assinados, menos o de São Sebastião. Segundo Luiz Rogério, a homologação representou o atendimento de anseio da população e das autoridades locais, pois a cultura dos índios, primeiros habitantes do Brasil, será preservada.